

HERÓI MUTILADO

***ROQUE SANTEIRO*
E OS BASTIDORES
DA CENSURA À
TV NA DITADURA**

**COLEÇÃO
ARQUIVOS
DA REPRESSÃO
NO BRASIL**

**LAURA MATTOS
SOARES QUINTAS**

**COORDENADORA DA COLEÇÃO
HELOISA M. STARLING**

COMPANHIA DAS LETRAS

INTRODUÇÃO 9

1º ATO, 1965

MORTO NO NASCIMENTO — *O BERÇO DO HERÓI*

- 1. A VIAGEM PROIBIDA 25**
- 2. O DIÁRIO INÉDITO 30**
- 3. CHEGA, CHEGA, CHEGA 41**
- 4. O FALSO HERÓI E O MAJOR 53**
- 5. MAIS QUE PORNOGRÁFICO 65**

2º ATO, 1975

HOJE NÃO TEM NOVELA — *ROQUE SANTEIRO 1*

- 6. O VEÍCULO SUBVERSIVO 85**
- 7. A GENTE SE VÊ NA GLOBO 96**
- 8. O MEU, O SEU, OS NOSSOS COMUNISTAS 105**
- 9. EMPREGO PARA CAMÕES 131**
- 10. BOA NOITE, CENSURA 139**
- 11. DESPERTAR LENTO E GRADUAL 162**

3º ATO, 1985

A NOVELA QUE FOI SEM NUNCA TER SIDO — *ROQUE SANTEIRO 2*

12. ASAS PARA VOAR, SEM SE DIVORCIAR 189

13. ESPELHO QUEBRADO DA BURGUESIA 204

14. DEMOCRATURA 220

15. DIABO MORTO, INFERNO VIVO 234

16. A NOVA REPÚBLICA E O “SIC” DO SNI 243

17. BOSTA E COCOZINHO 257

18. TÔ CERTO OU TÔ ERRADO? 268

AGRADECIMENTOS 283

NOTAS 285

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 331

CRONOLOGIA 347

CRÉDITOS DAS IMAGENS 379

ÍNDICE REMISSIVO 381

INTRODUÇÃO

CID MOREIRA VOLTOU À TELA LOGO APÓS A ABERTURA da nova novela das oito. Durante cerca de dois minutos, o apresentador do *Jornal Nacional* leu, com seu ar sóbrio, um editorial que pela primeira vez escancarava uma divergência entre a maior emissora de televisão do país e a ditadura militar. O próprio Roberto Marinho, dono da Rede Globo, escrevera o texto na véspera, quando recebeu com muita irritação a informação de que *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, havia sido impedida pelo governo de estrear naquele 27 de agosto de 1975. Os 36 capítulos já gravados e editados tiveram de ser engavetados pela Globo, em uma censura inédita na história do Brasil. Nunca uma telenovela havia sido proibida dessa forma abrupta, com o telespectador sentado no sofá à espera de seu programa favorito.

Esse era o segundo ato na saga de tentar levar ao público a história de um povoado que gira em torno do mito de um falso herói. O primeiro se dera dez anos antes, quando a peça na qual a novela se inspirava, *O berço do herói*, do mesmo autor, foi proibida na data marcada para o lançamento, 22 de julho de 1965. O protagonista da peça teatral é um cabo da Força Expedicionária Brasileira (FEB), dado como morto na Segunda Guerra Mundial e transformado em santo na sua terra natal, que passa a lucrar com turistas em busca dos “milagres” do militar. Depois de dezessete anos, ele reaparece vivo da selva. Em vez de morrer lutando pela pátria, desertara e passara a viver de bordel em bordel na Europa. Sua volta coloca em risco os negócios dos poderosos da cidade, que farão de tudo para manter o vivo morto, nem que para isso tenham de matá-lo.

Os militares, no comando do Brasil desde o golpe de 1964, não gostaram nada desse enredo e logo mandaram um recado a Dias Gomes,

dramaturgo consagrado e um dos mais célebres membros do Partido Comunista: “Pode tirar o cavalinho da chuva”, avisaram, com essas palavras. Enquanto estivessem no poder, a obra — que, para eles, “induzia ao desprestígio das Forças Armadas” — estaria vetada. E assim foi feito. O autor ainda tentou driblá-los em 1975: quando criou *Roque Santeiro* para a Globo, manteve sob sigilo a inspiração na peça censurada e, para despistar, mudou o protagonista, tirando-lhe a patente: em vez de um cabo, seria um jovem fabricante de imagens de santos, que teria morrido ao tentar proteger a cidade do ataque de bandidos. Mas a manobra foi descoberta pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), por meio de um grampo ilegal em um telefonema no qual o autor contava a um amigo que estava aprontando “essa pequena safadeza”. O truque de trocar o personagem até que era bom, mas, com disfarce ou sem disfarce, a segunda tentativa também deu em nada. Outra vez, Dias Gomes se viu forçado a tirar o cavalinho da chuva.

O falso herói só conseguiria reaparecer vivo em 1985, o ano da saída dos militares do comando do país. Foi quando a Globo decidiu produzir uma nova versão de *Roque Santeiro* para aproveitar o clima festivo do fim da ditadura. A novela que se tornara um símbolo da censura foi então ao ar para marcar a volta da liberdade de expressão, conquistando a maior audiência da história da televisão brasileira. Os laços coloridos da Viúva Porcina (Regina Duarte) e o bordão “Tô certo ou tô errado?” de Sinhozinho Malta (Lima Duarte) só não agradaram a um grupo restrito de telespectadores: os censores. Nesse terceiro ato, a história de Dias Gomes enfrentaria seguidos cortes da máquina repressiva montada ao longo dos 21 anos do regime militar, que não se desmontaria tão cedo na redemocratização.

Roque Santeiro era um mito. O novo Brasil também era.

Este livro segue a trilha dessa obra, que experimentou as mais variadas formas de repressão no início, no meio e no fim da ditadura, com uma trajetória ímpar. Além das interdições no palco e na televisão, foi barrada no cinema, quando Dias Gomes vendeu os direitos para a produção de um filme, mas não foi autorizado pelos militares nem mesmo a lhes enviar o roteiro para análise. Em 1965, antes do cancelamento do espetáculo teatral, o autor conseguira lançar a peça em livro. A relativa liberdade, consequência de um momento em que a Censura ainda se estruturava, co-

brava um preço alto. Qualquer “subversão” era imediatamente registrada nos arquivos da inteligência do governo, usados como base para os inquéritos policiais-militares. Em torno dessa papelada pairavam as mais variadas ameaças, inclusive a de prisão, entre as punições oficiais, e a de tortura e até a de morte, no rol das possibilidades ofertadas pelos porões.

A reconstituição dos três enfrentamentos de *Roque Santeiro* contra a censura — em 1965, 1975 e 1985 — elucida a maneira pela qual a repressão cultural foi sendo arquitetada como instrumento de manutenção do poder, ao sabor das oscilações das políticas da ditadura e em completa sintonia com outras formas de violência.

A proibição de *O berço do herói*, em 1965, se dá na primeira fase do regime, que vai do golpe, em 1964, à assinatura do ato institucional nº 5 (AI-5), em 1968, oficializando as mais extremas medidas da ditadura, como o fim do habeas corpus e o confisco de bens. Foi a época da montagem do sistema de repressão, quando o foco da Censura era evitar a conexão entre a cultura da esquerda, à ocasião mais fortemente representada pelo teatro, e as classes populares.

O veto à novela, em 1975, acontece na passagem dos “anos de chumbo”, entre o AI-5 e o extermínio das guerrilhas de esquerda, em 1974, para os da abertura “lenta, gradual e segura”, que se arrasta até 1985, quando os militares finalmente deixam o poder. Nesse estágio, a televisão, que se tornara o grande veículo de comunicação de massa do país, representava uma preocupação central para os censores, que temiam o seu potencial de mobilização da classe média contra o governo.

Quando *Roque Santeiro* por fim estreou, em 24 de junho de 1985, José Sarney, o primeiro presidente civil depois da ditadura, estava havia pouco mais de três meses no comando da chamada Nova República. Aclamada como um ícone da volta da liberdade de expressão, a novela acumulou 597 páginas na Divisão de Censura de Diversões Públicas. Àquela altura, a maior parte das supressões se relacionava à “moral e aos bons costumes”. Diante da rejeição da sociedade a restrições assumidamente políticas, esse foi o caminho dos censores para tentar preservar, apesar da redemocratização, os velhos princípios do poder.¹ Eram proibidos o adultério, beijos considerados picantes, mulheres ousadas e princi-

palmente homossexuais. Em um capítulo, a caneta rabiscou a palavra “bosta”, mas liberou “cocozinho”. E, da sinopse ao último capítulo, a Censura se incomodou com um padre que, não bastasse ser da Teologia da Libertação, corrente de esquerda da Igreja católica, ainda se apaixonava pela filha de Sinhozinho. Apesar de tantos cortes, a censura à “novela da Nova República” foi ofuscada, na imprensa, pela euforia com sua audiência histórica e com o fim da ditadura.

Era preciso manter o mito.

A base da pesquisa para este livro são cerca de 2 mil páginas de documentos oficiais produzidos durante a ditadura militar, dentre os quais estão os relatórios sobre *O berço do herói* e *Roque Santeiro* da Divisão de Censura, subordinada à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, e os dossiês que mencionam Dias Gomes no Serviço Nacional de Informações. A maior parte traz os carimbos de “confidencial” e “secreto”.

Consultei também o acervo pessoal do escritor, que inclui troca de correspondência entre ele e a direção da Globo, além de saborosas conversas com os amigos comunistas Ferreira Gullar e Jorge Amado. Tive acesso em 2011 a esse arquivo, em posse da segunda esposa e viúva do dramaturgo, Bernadeth Lyzio, que me autorizou a tirar uma cópia do mais precioso documento que dele faz parte: um diário pessoal em que Dias Gomes relata, entre outras histórias, o processo de criação e de montagem da peça *O pagador de promessas*, seu grande clássico teatral, cuja adaptação para o cinema obteve a Palma de Ouro, principal prêmio do Festival de Cannes, na França, em 1962.

São 78 páginas manuscritas, ora com caneta azul, ora preta, em um pequeno caderno, com 22 centímetros de comprimento por quinze centímetros de largura, envolto por uma capa dura costurada às páginas. As folhas estão naturalmente amareladas, algumas rasgadas e com as beiradas corroídas pelo tempo. A letra de Dias Gomes não era das mais legíveis; ele escrevia como um médico nos receituários. Quando errava, rabiscava a palavra com muitos traços, de forma que realmente tornasse impossível a leitura. Há passagens com até quatro linhas seguidas riscadas assim.